

EXAME

Nº 83 ★ novembro 2019 ★ 200Mt ★ €5

Edição Moçambique



ADVOGADOS: OS NOVOS DESAFIOS

Os advogados moçambicanos actuam num mercado dinâmico, em que se procura adaptar a legislação aos novos desafios e se abrem oportunidades em vários domínios legais, desde os grandes projectos ao imobiliário, ou da fiscalidade às relações laborais. São influentes na legislação e fazem valer o trunfo do conhecimento local



TRUMP
Impeachment
atrapalha
democratas





44
BRETT KING:
Como a tecnologia
está a mudar
as nossas vidas



48
EDWIN NOBRE:
Engraxar
os sapatos
em ambiente
urbano

EDILSON TOMÁS

88
INOVAÇÃO:
Como muda
a vida quotidiana
e as empresas



GETTY

MOÇAMBIQUE

- 32 Eleições** Os resultados do último escrutínio garantem a reeleição do Presidente da República e dão uma vitória expressiva à FRELIMO
- 36 CPLP** Francisco Camelo quer que o Centro de Análise Estratégica dos Países da Língua Portuguesa (CAE-CPLP) que dirige tenha um estatuto de excelência

NEGÓCIOS

- 40 Banca** Os novos serviços financeiros de base tecnológica já operam no mercado moçambicano, em linha com a tendência global
- 44 Banca** Brett King, guru das *fintechs*, explicou à EXAME como o digital está a reformular as economias e o sistema financeiro
- 48 Empreendedor** A Shoe Spa, um moderno serviço de engraxamento de sapatos, é o novo negócio de Edwin Nobre

GLOBAL

- 52 Estados Unidos** O processo de *impeachment* de Donald Trump introduz confusão no Partido Democrata
- 56 Israel** O país das *startups* que ter líderes mundiais na área da tecnologia
- 62 Brexit** A saída do Reino Unido continua a manter incertezas e a ameaçar turbulências na União Europeia

TECNOLOGIA

- 68 Segurança** A utilização do reconhecimento facial na segurança pública gera uma polémica global sobre privacidade

GESTÃO

- 74 Custos** As empresas têm de reduzir gastos, mas têm de aumentar os recursos para garantir o futuro do negócio

FINANÇAS

- 78 Investimento** Aos 30 anos, o francês Max-Hervé George tem um seguro de vida que — em teoria — lhe garantirá uma fortuna absurda

TENDÊNCIAS

- 82 Carros** A BMW lançou não apenas um, mas três modelos desportivos a combustão na célebre linha M

LIVRO

- 84 Fintech** *O Guia Essencial das Fintechs* mostra como estas estão a transformar o mercado e a vida do investidor

ESPECIAL

- 88 Inovação** Está a mudar a vida e representa um investimento inevitável. A EXAME mostra que vai muito além das novas tecnologias

SECÇÕES

Editorial	6
Primeiro Lugar	8
Grandes Números	16
Mundo Plano	66
Bazarketing	72
Exame Final	98

CAPA
18 ADVOGADOS

O mercado da advocacia cresce desde a segunda metade da década de 90 com a abertura da economia à iniciativa privada, e agora irá sofrer um novo impulso com o desenvolvimento de grandes projectos. Os principais escritórios alinham a sua actividade com parceiros internacionais



**TER CRÉDITO PARA
PODER ESCOLHER O MELHOR
PARA A NOSSA VIDA
MUDA TUDO.**

UNICO
Ser único muda tudo.

IRIS DE BRITO
DIRECTORA

ADVOCACIA GLOBAL

Um dos princípios base de um Estado de Direito é o livre acesso dos cidadãos a uma justiça equitativa e independente. Este princípio está inclusivamente consagrado no artigo 7.º da Declaração Universal dos Direitos Humanos. A Ordem dos Advogados de Moçambique, ao criar e promover o Instituto de Apoio à Justiça (IAJ), deu um passo significativo nesse sentido. Este órgão presta “serviços de informação, consulta e assistência jurídica aos cidadãos carenciados”, garantindo-lhes um atendimento gratuito.

Mas, cada vez mais, o papel dos advogados vai muito além das áreas tradicionais de defesa dos direitos dos cidadãos. Hoje, grandes escritórios de advogados vivem essencialmente da representação de grandes clientes empresariais. E intervêm em toda a actividade da empresa, desde a sua constituição à defesa dos seus direitos em tribunal, passando pelos contratos comerciais e de trabalho.

O *ranking* global de escritórios de advogados da Law.com/The American Layer indica que as 100 maiores firmas do mundo (maioritariamente norte-americanas) facturaram em 2017 um total de 105,7 mil milhões de dólares, um valor que, caso fossem uma nação, as colocaria no meio da tabela, com um valor de facturação próximo do PIB da Ucrânia.

Estes escritórios são por vezes os concorrentes dos escritórios nacionais ou são eles próprios os clientes. Mas, independentemente disso, são incontornáveis. Empresas globais dependem em grande escala do apoio de escritórios de advogados também globais. Se por um lado essas empresas beneficiam do conhecimento que esses escritórios têm de sectores tão específicos como a banca ou a exploração de gás, perdem no conhecimento local se não trabalharem com advogados moçambicanos. E é por essa razão que muitas vezes os escritórios locais são contratados directamente pelas empresas com uma implementação local ou pelas firmas globais de advocacia.

Ao venderem serviços de advocacia para o exterior, os escritórios locais são uma fonte de entrada de moeda estrangeira que, em função da sua dimensão, pode mesmo beneficiar as reservas nacionais.

Mas as vantagens dessa relação desigual, estendem-se a outros níveis. O contacto com escritórios internacionais, experientes em áreas tão específicas do direito como os contratos de exploração e produção de recursos naturais, permite uma aprendizagem que se materializa não só no reforço de competências como muitas vezes também é útil para a própria definição de algumas leis.

A actividade de advocacia abarca o aconselhamento ao próprio Estado. E aí, a existência de um corpo de advogados moçambicanos, com competências globais ao nível de sectores-chave, beneficia a robustez do quadro regulatório moçambicano e contribui para a atractividade e competitividade da nossa economia *



AO VENDEREM
SERVIÇOS DE
ADVOCACIA PARA
O EXTERIOR,
OS ESCRITÓRIOS
LOCAIS SÃO
UMA FONTE
DE ENTRADA
DE MOEDA
ESTRANGEIRA

EXAME

Edifício Rovuma, Rua da Sé, n.º 114,
Escritório 109
MAPUTO, MOÇAMBIQUE
geral@examemocambique.co.mz

Directora: Iris de Brito
Director Executivo: Luis Faria
(luis.faria@luisfaria.com)

Arte: Pedro Bénard
Colaboradores Regulares:
Valdo Mlhongo,
Thiago Fonseca (crónica),
Edilson Tomás (fotografia),
e Pedro Pinguinha (arte final)

Colaboraram nesta edição:
Chico Barbosa, Gabriela Ruic, Lucas Agrela,
Maria Martins, Natália Flach, Rodrigo Caetano,
Sérgio Teixeira JR.

Direitos Internacionais:
EXAME Brasil (texto e imagens),
AFP, Graphic News e iStockPhoto
Coordenação Geral: Marta Cordeiro (projecto),
Inês Reis (arte)

Multimédia e Internet: Plot.
www.examemocambique.co.mz

PUBLICIDADE

+258 843 107 660
comercial@examemocambique.co.mz
Comercial: Gerson dos Santos

ASSINATURAS

Moçambique: Nádía Pene, +258 845 757 478
Portugal: Ana Rute Sousa, +351 213 804 010
assinaturas@examemocambique.co.mz

REDACÇÃO

+258 21 322 183
redacao@examemocambique.co.mz

Produção: Ana Miranda
Número de registo: 09/GABINFO - DEC/2012
Tiragem: 10 mil exemplares

Distribuição:
Moçambique: Flotsan, Bairro Patrice Lumumba,
Rua "A" Casa 242, Matola
Tel.: +258 84 492 2014; +258 82 301 3211.
e-mail: mozadmin@africandistribution.net
Portugal: VASP, MLP Quinta do Grajal, Venda Seca
2739-511 Agualva Cacém Tel.: +351 214 337 000

Impressão: Minerva Print
Av. Mohamed Siad Barre, n.º 365
Maputo

A revista EXAME (Moçambique) é um
licenciamento internacional da revista EXAME
(Brasil), propriedade da Editora Abril.

Sociedade Moçambicana
de Edições, Lda.

Director-Geral
Miguel Lemos
Conselho de gerência
Luís Penha e Costa
Rui Borges
António Domingues



ASSOCIADOS: Sal e Caldeira, CGA e HRA têm parcerias internacionais



EDILSON TOMÁS



ADVOGAR COM LIGAÇÕES GLOBAIS

Os escritórios de advogados posicionam-se para um aumento da procura dos seus serviços, principalmente devido ao desenvolvimento dos projectos de produção de gás e seus efeitos colaterais, e consolidam parcerias internacionais, um desafio a que já se habituaram e também uma oportunidade de negócio e especialização

MARIA MARTINS



O mercado da advocacia no país é relativamente recente. A advocacia teve o seu impulso sério a partir da segunda metade da década de 1990. Após a independência, a opção de regime conferiu um estatuto singular à advocacia e a guerra que se estenderia até à assinatura do Acordo de Paz, em Roma, em 1992, afectou duramente a economia, restringindo também, naturalmente, o mercado da advocacia. Com o processo de privatizações, a partir do final da década de 1980, a adopção de uma economia de mercado e a chegada do investimento estrangeiro, aumenta a procura por aconselhamento e apoio jurídico. “Nos dez anos seguintes, com o crescimento da economia, nomeadamente na área das infra-estruturas (estradas, caminhos-de-ferro e portos) e do sector mineiro, foi-se assistindo a um maior envolvimento dos escritórios de advogados, trabalhando em projectos em conjunto com sociedades de advogados internacionais”, lembra Paulo Pimenta, sócio da Pimenta Advogados.

Os advogados que, até então, praticamente só eram procurados quando as situações atingiam a fase de litígio, passam a intervir nos principais sectores de actividade. “Falar da advocacia em Moçambique é falar de uma realidade ainda relativamente recente. A própria Ordem dos Advogados de Moçambique foi criada em 1994, tendo recentemente completado apenas vinte e cinco anos”, salienta Paulo Pimenta. Devido à importância e complexidade dos novos contratos e à experiência adquirida e ao conhecimento do terreno legal, os advogados ganharam influência, participando nas reformas feitas nos vários domínios da legislação, desde a penal, a comercial ou a laboral até à legislação mineira e à que fixa as normas do sector do petróleo e do gás natural. Agora que, com o desenvolvimento do sector do gás, se abrem novas oportunidades para, após a quebra dos últimos anos, um segundo ciclo de crescimento da economia moçambicana, com efeitos positivos no mercado da advocacia e com os escritórios moçambicanos a tirarem partido e a reforçarem as suas ligações internacionais, a EXAME contactou alguns dos maiores escritórios de advogados para saber como a situação está a evoluir. E também para recordar como aqui se chegou.

“A advocacia em Moçambique ainda é dominada pelos advogados da prática individual. Temos assistido, é verdade, cada vez mais ao surgimento de pequenos escritórios, que depois se associam e se tornam maiores. Mas creio que ainda há uma grande prática individual”, diz Eduardo Calú, sócio-

-administrador da Sal e Caldeira. Com a abertura do mercado, o interesse do capital estrangeiro e o desenvolvimento de grandes projectos há cada vez mais associações entre escritórios moçambicanos e escritórios internacionais. A Sal e Caldeira tem uma associação com a DLA PIPER, um escritório global com presença na Europa, América e em África, somando, por agora, nove países nestes continentes. “Isso é muito importante porque eleva a capacidade dos nossos advogados, dado que algumas matérias são transversais, e coloca-nos em posição de apostar melhor nos nossos clientes, ter acesso ao que são as melhores práticas internacionais, ganhar experiência em áreas que, eventualmente, noutros países são mais desenvolvidas e aqui não”, conclui Eduardo Calú.

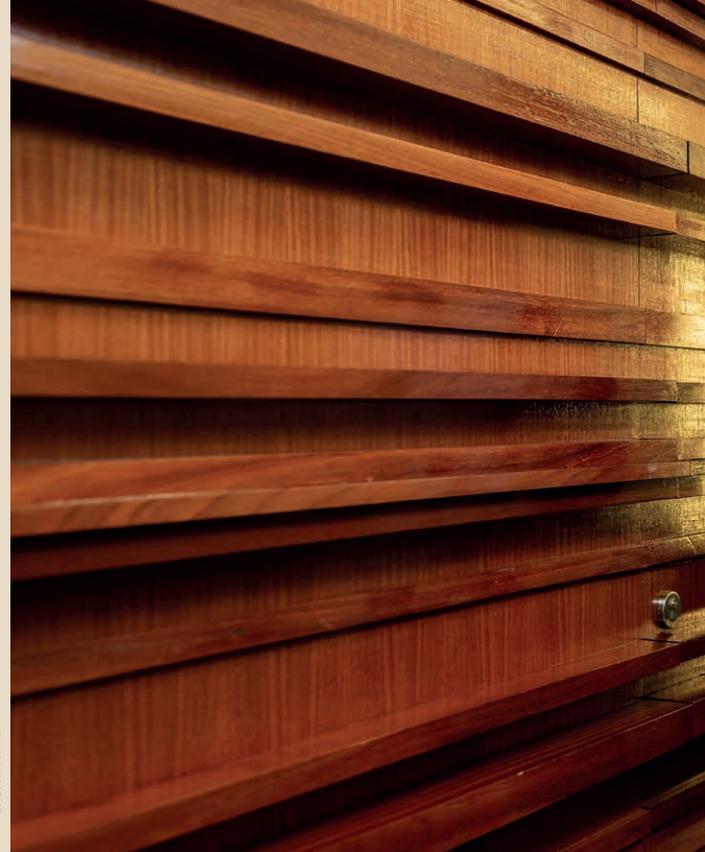
CONCORRENTES OU PARCEIROS?

Paulo Pimenta observa que “as grandes sociedades de advogados internacionais são extremamente exigentes, tanto no que respeita à qualidade dos serviços como ao cumprimento de prazos. A começar, há que dominar não apenas o Direito, mas também a língua inglesa, pois é a língua franca internacional. Importa ainda referir que algumas dessas grandes sociedades internacionais têm mais de cem anos de existência, escritórios por todo o globo e equipas com centenas de advogados especializados em cada tipo de transacção”.

O alinhamento internacional implicou que os advogados nacionais tivessem de “caminhar muito rapidamente” para acompanharem a nova realidade e enfrentarem os desafios da profissão em Moçambique. “Houve, pois, necessidade de efectuar algumas parcerias, naturalmente com sociedades de advogados que falassem a mesma língua e com um sistema jurídico idêntico ao nosso e experiência neste tipo de transacções. Vivemos num mundo que gira cada vez mais depressa, cada vez mais global, onde os próprios conceitos e princípios jurídicos têm de acompanhar essa mesma realidade, sob pena de ficarmos parados no tempo e de nos tornarmos uma espécie em vias de extinção”, refere Paulo Pimenta, que considera, a propósito das parcerias internacionais, que “naturalmente terão de existir regras (e o próprio estatuto da Ordem dos Advogados prevê a existência de parcerias), mas essas regras têm de se adequar à realidade dos nossos dias, ao mundo em que vivemos. Nos dias que correm é possível que um advogado em Joanesburgo, Londres ou Nova Iorque preste assessoria jurídica a clientes seus neste tipo de projectos sem o envolvimento de advogados em Moçambique. Os nos-

TELMO FERREIRA: A CGA está envolvida em projectos emblemáticos

EDILSON TOMAS



so grandes concorrentes estrangeiros já não são os escritórios portugueses (a maior parte deles sem experiência no sector do Oil&Gas), mas as grandes firmas internacionais que vão para onde forem os seus clientes.” E sublinha: “Por vezes, somos levados a esquecer-nos que quem escolhe os advogados são os clientes, não o contrário, por mais que gostássemos que assim fosse. Por mais obstáculos que coloquemos ao exercício da profissão por advogados estrangeiros não inscritos, esses obstáculos são muitas das vezes ultrapassados com os meios tecnológicos existentes. O que é que queremos para o futuro da profissão: ficar a olhar o comboio a passar e apanhar migalhas ou aprender, fazer melhor e fazer parte da nova realidade? Por que razão uma sociedade comercial pode ter no seu quadro técnicos estrangeiros e uma sociedade de advogados não pode?” Paulo Pimenta assinala que “o conhecimento não se adquire por decreto. Aprende-se fazendo, estudando e passando muitas horas com a cabeça enfiada nos livros, por mais que isso nos possa custar. Há que dominar conceitos, a começar pelo domínio, escrito e falado, da língua inglesa”.

A CGA já estava associada a um escritório português nos primeiros anos de vida do escritório, numa altura em que grande parte dos investimentos vinham de Portugal. Foi um período fortemente marcado pelo surgimento de grandes clientes bancários e a animação do mercado imobiliário. “As principais áreas de actividade eram mesmo a banca, que começou a desenvolver-se por volta de 2000 com a entrada de bancos portugueses no mercado moçambicano (BCP, BCI, Mello), e o imobiliário (naquela



UMA ÁREA A TER EM CONTA

A imigração é uma área que representa “um grande desafio para o país, com tudo o que se espera em termos de afluência de trabalhadores estrangeiros que estarão ligados aos projectos de petróleo e gás”, refere Eduardo Calú, sócio-administrador da Sal e Caldeira, uma empresa de *full service* que tornou aquela área um conjunto de práticas especializadas. “Assistimos o cliente desde o primeiro momento, quando chega ao país e quer saber como funcionam as leis de Moçambique, o quadro legal e institucional existente”, diz Eduardo Calú. “De seguida, acompanhamo-lo na escolha do veículo de negócio mais apropriado, a constituição desse veículo, todo o registo, as licenças de actividades, os contratos de trabalho, o arrendamento. Acompanhamos ainda o cliente durante as suas actividades em todos os processos que possam surgir e durante toda a vida da empresa”, precisa Eduardo Calú.



EDUARDO CALÚ:
A Sal e Caldeira está associada a um escritório global

parte da zona da baixa da cidade, Jat, Mcel)”, diz Telmo Ferreira, sócio-administrador da CGA. A África do Sul tem “uma carga muito forte” na advocacia regional, reconhece Telmo Ferreira. “Trabalhamos desde Maputo para o país inteiro. Sempre que necessário, temos advogados que são caixeiros viajantes”, remata.

A HRA privilegia a relação que tem com a rede Morais Leitão Legal Circle. “Trabalhamos diariamente em projectos transfronteiriços com os escritórios de Portugal, Angola ou Macau, oferecendo sempre um serviço sem quaisquer quebras ou incoe-

rências, com equipas que, apesar de separadas pela distância e fusos horários, estão habituadas a trabalhar em conjunto. Nessa qualidade, somos também membros exclusivos para Moçambique da Lex Mundi, uma associação que junta as melhores sociedades independentes em cada jurisdição, as quais nos procuram directamente”, refere Fabrícia Henriques, sócia-administradora.

NOVO MERCADO

Abre-se um novo mercado com os grandes projectos de energia da bacia do Rovuma. “A indústria petrolífera é uma indústria nova” em Moçambique e assegurar que os moçambicanos possam participar nos projectos em curso coloca a questão do conteúdo local “na ordem do dia”, lembra Eduardo Calú. É uma indústria que exige mão-de-obra especializada e introduz nova tecnologia e “às empresas que prestam serviços é também exigido um certo padrão que, neste momento, certamente não têm: segurança e saúde no trabalho, por exemplo, e outros padrões internacionais bastante elevados; além disso, as empresas devem ser certificadas”, observa o sócio-administrador da Sal e Caldeira. Trata-se de “uma área que comporta um grande desafio para o país, com tudo o que se espera em termos de afluência de trabalhadores estrangeiros que estarão ligados aos projectos do petróleo e gás. Telmo Ferreira, sócio-administrador da CGA, por seu turno, explica que “as concessionárias nestes projectos são das maiores empresas do mundo e, consequentemente, vão buscar os maiores escritórios do mundo, nos quais nós nos enquadrámos. Portanto,

AS CONCESSIONÁRIAS CONTRATAM ESCRITÓRIOS DE REFERÊNCIA, INTERNACIONAIS, E ESTES ESTÃO INTERESSADOS EM TRABALHAR COM OS ESCRITÓRIOS LOCAIS

o que normalmente acontece neste tipo de projectos é que as concessionárias vão buscar escritórios de referência, internacionais, e estes estão interessados em trabalhar com os escritórios locais. Até porque um escritório internacional, um escritório inglês, não vai dar uma opinião legal sobre a lei moçambicana, por mais que tenham as suas opiniões e discutam os temas connosco eles não o fazem e, portanto, precisam de um escritório”. O sócio-administrador da CGA sistematiza: “Há duas componentes. Temos uma componente que chega por intermédio de um escritório internacional. Normalmente um escritório internacional é contratado e depois subcontrata. Por vezes somos contratados pelo escritório internacional, que assume toda a responsabilidade, incluindo pelo nosso trabalho. A outra componente tem a ver com o facto de a concessionária estar cá — e também, provavelmente, por uma questão de racionalização de impostos —, havendo trabalhos locais que não precisam de escritório internacional. Então, contratam-nos directamente. Temos,



EDILSON TOMÁS

**FABRÍCIA
HENRIQUES:**
A HRA trabalha
diariamente em
projectos
transfronteiriços

pois, várias situações em que trabalhamos para o mesmo cliente, directamente e também indirectamente, através de um escritório internacional.” Os grandes projectos suscitam desafios particulares no domínio jurídico. Sendo uma área nova, a assistência jurídica dos grandes projectos implica desafios, não existindo experiência na aplicação, tanto por parte do governo como por parte das concessionárias, da legislação local. “Copia-se, segue-se muito a legislação internacional, mas acaba sempre por haver questões que não são iguais, estamos a desbravar o caminho e a questão é muitas vezes a interpretação da lei. Não há casos passados, não há jurisprudência”, adianta Telmo Ferreira. Entretanto, precisa: “Somos *advisers* das concessionárias, não somos *advisers* do governo. Até porque há conflito de interesses e, portanto, não podemos estar dos dois lados. Mas falamos muito com o governo no que diz respeito à preparação da legislação. Por vezes, e sempre a pedido das concessionárias, discutimos alterações que tenham de ser feitas na legislação. Mas esta indústria é muito exigente e os critérios de *engagement* com estas empresas também são muito exigentes.”

“Nós, advogados, não nos encontrávamos preparados para esta área do Direito que é bastante especializada e tivemos de aprender rapidamente, sendo que não se aprende de um dia para o outro (especialmente quando temos de tratar destes temas com colegas de grandes escritórios internacionais que trabalham com esta área há décadas). É, pois, importante realizar um grande esforço de aprendizagem para podermos acompanhar este tipo de assuntos”, reconhece Paulo Pimenta, sócio da Pimenta Advogados. Daí a importância da existência de parcerias com outros escritórios, sociedades de advocacia internacionais, “que possam contribuir para a formação e crescimento da advocacia em Moçambique”.

REFORMAS QUE IMPORTAM

Os escritórios de advogados têm participado na reforma da legislação moçambicana.

Eduardo Calú lembra que “há sempre espaço para melhorar a legislação. As instituições governamentais têm tido uma posição e uma atitude de abertura. E, de facto, nós temos um quadro legal com benefícios fiscais para determinados sectores e benefícios mais genéricos no sentido mais abrangente”. E assinala que “há uma intenção de informatizar os processos e torná-los mais céleres. Por exemplo, hoje as quitações do INSS podem ser obtidas via *on-line*. Há uma série de medidas que estão a ser tomadas na direcção correcta”.

UMA ALTERAÇÃO SUBSTANCIAL

Paulo Pimenta, sócio da Pimenta Advogados, conta que “desde 1996 a realidade económica e social do país alterou-se substancialmente e isso teve igualmente reflexos na nossa profissão. Ainda não havia, nessa altura, uma cultura de consulta do advogado, que eram apenas consultados quando surgia algum problema. Digamos que, salvo nalguns casos, o advogado era visto muitas vezes como um luxo ou algo desnecessário e não como uma necessidade ou como uma forma de prevenir problemas futuros. Creio que nesses anos da década de 90, existiam apenas dois ou três escritórios que funcionavam como sociedades de advogados e com parcerias com escritórios estrangeiros. Além do processo de privatizações levado a cabo pelo governo e da revitalização do sector da banca, de raiz existia apenas o projecto de construção da fábrica de alumínio da Mozal. É igualmente dessa altura o início do processo de reforma de legislação e aprovação de novos códigos para fazer face à nova realidade do país”.

HÁ GRANDES DESAFIOS EM MATÉRIA DE REFORMA LEGAL, MAS TAMBÉM UMA EVOLUÇÃO SIGNIFICATIVA

Alguns legislações foram herdadas da Independência e tem de ser actualizada. “Temos, por exemplo, o Código Penal que ainda carece de uma actualização, alguns códigos de processo na área tributária, aduaneira. Há grandes desafios em matéria de reforma legal. Mas há um enorme esforço e notamos que em algumas áreas existe alguma evolução significativa”, salienta Eduardo Calu. “Nós, como escritório de advogados, não estamos alheios ao processo de reforma legal”, refere. A Sal e Caldeira esteve envolvida na lei das insolvências, na legislação relativa à recuperação de empresas, e efectuou também trabalhos relacionados com a reforma da lei do trabalho que se encontra em curso.

Paulo Pimenta considera que se tem realizado um excelente trabalho no plano da reforma legislativa. Recorda a introdução de novos códigos fiscais (IVA, IRPS, IRPC), a aprovação de um novo Código Comercial, Código de Processo, Código Penal e tanta outra legislação avulsa. “Em termos gerais, diria que, enquanto advogado, vivo bem com a legislação existente e não creio que a mesma constitua um obstáculo ao investimento. Consegue-se constituir uma sociedade em menos de uma semana. Naturalmente que há coisas que podem ser afinadas/melhoradas, mas o problema principal é muitas vezes a capacitação, formação e melhoria das condições de trabalho das pessoas que estão do outro lado do ‘balcão’.” ✳